

A Política Externa da Turquia face ao Ocidente revisitada

Graça Ermida² e J.P. Teixeira Fernandes³

Introdução

A subida ao poder do AKP (*Adalet ve Kalkınma Partisi/ Partido da Justiça e do Desenvolvimento*) em 2002 – partido que governa a Turquia há uma década –, trouxe, progressivamente, uma visível aproximação Médio Oriente árabe-islâmico. Paralelamente, assistiu-se a uma deterioração das relações com Israel e a tensões ocasionais com alguns dos aliados tradicionais, nomeadamente com os EUA (Estados Unidos da América). Assim, nos últimos anos, temos assistido a um amplo debate nos meios ligados à política internacional, sobre o significado desta aproximação da Turquia ao Médio Oriente.

Será essa, sinal de um abandono da orientação de política externa pró-ocidental, que caracterizou o Estado fundado por Atatürk a partir de 1945, através de uma nova configuração motivada por influências ideológicas islamistas? Ou será que estamos perante uma abordagem de política externa pragmática e realista, motivada por imperativos económicos e de segurança, sendo basicamente similar àquela que encontramos frequentemente no passado otomano da Turquia? São essas as questões a que vamos tentar responder neste artigo. Para o efeito, efetuamos em seguida uma breve passagem em revista da política externa do Império Otomano/Turquia face ao Ocidente, europeu e norte-americano, o que nos permitirá, depois, avaliar a mesma numa perspetiva histórico-política alargada.

Antecedentes: o Império Otomano e as Potências Europeias nos Séculos XIV-XVII

Até ao século XVII, os otomanos foram indubitavelmente o grande poder imperial do Mediterrâneo oriental. Nesse período histórico de cerca de três séculos, que se iniciou com a fundação do Império no século XIV, o relacionamento com o Ocidente europeu caracterizou-se por uma espécie de *realpolitik* ofensiva, orientada para a conquista e consolidação territorial. O facto de grande parte desse período ser marcado por um forte poderio militar e pela expansão territorial bem sucedida, levou a que a diplomacia otomana fosse feita de um modo ad-hoc e pouco baseada nos princípios europeus. As principais realizações da diplomacia otomana dessa época eram as chamadas “capitulações”. Esta era ainda caracterizada pela ausência de uma estrutura diplomática de embaixadores residentes e orientada para a formação de alianças destinadas à contenção do poder dos Habsburgos.

As capitulações⁴ eram a única forma permanente de diplomacia entre os otomanos e as potências europeias. As primeiras capitulações foram estabelecidas com os franceses e, posteriormente, com ingleses e holandeses. Para nos apercebermos da sua importância, basta lembrar que essas só terminaram em 1923, com assinatura do Tratado de Lausana (que marcou o fim do Império Otomano⁵ e o surgimento da República da Turquia), pois os europeus consideravam-nas uma obrigação otomana. As capitulações com a França foram estabelecidas em 1535, permitindo aos franceses e comerciantes de outras nações que navegavam sob bandeira francesa, obterem uma supremacia sobre o comércio no Mediterrâneo. Esse tratado teve especial relevo ao conceder, a uma potência estrangeira, um conjunto de privilégios. Marcou as relações com a França e o predomínio da sua influência, em território otomano, face às outras potências europeias, durante várias décadas. Esse tipo de acordo foi mais tarde estendido a outras potências. Em 1580 os ingleses obtiveram dos otomanos capitulações semelhantes às dos franceses, pois os otomanos viam nos ingleses um potencial aliado contra a coligação de Veneza, Espanha e Papado. Os holandeses também obtiveram capitulações em

2. Universidade Católica Portuguesa (UCP).

3. Universidade Lusófona do Porto (ULP).

4. As capitulações originadas no Médio Oriente derivam do latim “capitula”, os capítulos dos tratados. De acordo com Lewis, surgiram numa época onde os muçulmanos estavam no auge do poder e impunham as suas regras aos comerciantes europeus. Todavia, as relações de poder forma-se alterando nos séculos seguintes e conceito moderno está mais associado à ideia “rendição”. Isto ocorreu quando, no século XIX, hegemonia europeia passou a impor condições e privilégios que eram, de alguma forma, abusivos ou desfavoráveis aos muçulmanos (Lewis, 2001: 120).

5. Esta visão mostra como as capitulações evoluíram ao longo dos séculos. Inicialmente concedidas às potências estrangeiras pelos sultões como privilégios unilaterais, que teriam que ser renovadas com o início do reinado de um novo sultão, adquiriram um carácter distinto a partir de 1683, quando o império entrou em declínio. Para uma história sobre a evolução das capitulações, ver Feroz Ahmad, (2008: 19-44).



1612, ficando a navegar sob bandeira britânica. Para os otomanos, o relacionamento com esses dois países era importante dado o seu poderio naval.

Conforme referido, a ausência de uma estrutura diplomática de embaixadores residentes – característica do moderno sistema diplomático originado nas cidades-estado Italianas –, marcava também a diplomacia turca (Anderson, 1993: 71-72). Os otomanos repudiaram durante bastante tempo as embaixadas permanentes, tendo enviado o seu primeiro embaixador apenas em 1793. Existem teorias distintas que procuram explicar essa atitude. Para alguns autores, esse comportamento resultava dos próprios princípios religiosos muçulmanos (Yurdesev, 2004: 5-35). O Islão não permitia a nomeação de embaixadores turcos residentes, pois representava a aceitação de um princípio de reciprocidade com os não muçulmanos, que era condenado. Outra possível explicação reside no facto de o Império não pertencer ao sistema de estados europeus, não partilhando, por isso, nem as regras, nem as instituições que dele emanavam. Só no século XIX, com a assinatura do tratado de Paris (1856) é que os otomanos passaram a pertencer ao Concerto Europeu (Yurdesev, 2004: 13).

Nesse período, os otomanos estabeleceram ainda alianças pontuais sobretudo para a contenção da ambição expansionista dos Habsburgos. Há indícios históricos de tentativas de envolvimento nas guerras entre cidades-estado Italianas. Por exemplo, em 1494, mantendo relações com diversas cortes italianas e auxiliando Nápoles e o Papado no combate a Carlos VIII, rei da França. Mas as alianças nessa época eram facilmente revertidas, sendo os inimigos numa circunstância amigos noutra, e o inverso. Ocorreram alianças com a França, com o objetivo de conter a expansão do Império Habsburgo, que em 1500 ameaçava ser a força política e religiosa dominante na Europa. As alianças otomanas aconteceram, também, com ingleses e holandeses, que beneficiaram do apoio otomano contra as tentativas hegemónicas dos monarcas Habsburgos, contrariando a criação de um sistema cristão (católico) europeu de estados. Assim, a pressão dos otomanos sobre os Habsburgos contribuiu para a manutenção do equilíbrio de poder entre os estados europeus e para a criação do sistema de estados-nação, o qual tem um marco nos Tratados de Vestefália de 1648 (Yurdesev, 2004: 21-22).

Os avanços territoriais dos otomanos nos séculos XV e XVI tinham mostrado aos europeus um exército bem organizado e moderno. Durante séculos, estiveram à frente da Europa em aspectos militares, culturais e tecnológicos. Em finais do século XVII, e após vários fracassos militares, os otomanos abandonaram o expansionismo que os europeus temeram durante quase três séculos. Iniciou-se uma lenta retracção na Europa, consagrada num conjunto de tratados que levaram a perdas sucessivas de territórios (Lewis, 2002: 36).

Antecedentes: o Império Otomano e as Potências Europeias nos Séculos XVIII a XX

Sendo difícil identificar com rigor os acontecimentos que estão na origem do declínio otomano, podemos, no entanto, referir que este declínio tem marcos simbólicos importantes nos Tratados de Carlowitz, de 1699 (Kinross, 2002: 356-357), e no Tratado de Küçük Kaynarca, de 1774 (Jung e Piccoli, 2001: 32). Inquestionavelmente, as derrotas militares e o início do recuo territorial do Império originaram uma mutação na sua política externa. Esses adoptaram uma estratégia mais defensiva e iniciaram, a partir daí, o processo que os levou à aceitação da reciprocidade diplomática e à integração no sistema europeu de estados.

O século XVIII foi também marcado pela contracção dos Habsburgos e pela expansão russa. Áustria e Rússia foram, nesse século, os maiores inimigos dos otomanos, tendo esses perdido partes do seu território para os austríacos, no Tratado de Passarowitz e para os russos nos Tratados de Küçük Kaynarca e Jassy (Pagden, 2008: 381). Esse período trouxe igualmente alterações na sua diplomacia. Com uma força militar em declínio, a manutenção do Império passou a ter uma componente importante nos embaixadores residentes. Assim, Selim III enviou, pela primeira vez, representações diplomáticas permanentes para as principais capitais europeias, em 1793 (Naff, 1963: 295-315). Essas, no entanto, só se tornaram eficazes na sua atuação a partir do século XIX, com a criação de um Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A França continuava a ser o principal aliado otomano. A sua presença fazia-se sentir na educação e criação de escolas militares onde os professores eram majoritariamente franceses. Selim III mantinha contacto com Luís XVI e mostrava desejos de reformar o Império com o auxílio da França. No entanto, a situação política e financeira não permitia uma participação mais ativa deste país. A aliança franco-turca sofreu, no entanto, um forte revés com a invasão do Egito – na época um território otomano – pelos franceses, em 1798.

O século XIX foi palco de vários acontecimentos político-militares que conduziram à desintegração do Império Otomano. Todavia, por razões pragmáticas e de cálculo político, seu fim não era desejado pelas potências europeias ocidentais, nem pela própria Rússia. A divisão do território otomano teria consequências negativas no equilíbrio de poderes e conduziria, provavelmente, a uma guerra entre estas, de consequências imprevisíveis. No entanto, a posição das potências europeias nesse período foi frequentemente ambígua. Se, por um lado, mostravam interesse na integridade territorial otomana, por outro lado, assumiram, também, posições que contribuíram para o seu desmembramento. Pelo seu lado, os otomanos procuraram tirar



partido das rivalidades entre as potências europeias, explorando o equilíbrio de poderes a seu favor – por exemplo, a sua aliança com os britânicos serviam os interesses destes últimos na contenção da expansão russa para o sudeste europeu.

Neste período, as alianças otomanas foram, assim predominantes com os britânicos, especialmente após o Tratado de Hünkârİskelesi. A Rússia exigiu com esse tratado que os otomanos combatessem a influência francesa e britânica no Império. Face a esta pressão e avanço da Rússia, os britânicos avançaram para uma aliança anglo-turca, a qual durou mais de três décadas. Dois acontecimentos mostram o apoio britânico: a guerra da Crimeia e o Congresso de Berlim. Pelo Tratado de Paris (1856) o Império Otomano passou a pertencer ao Concerto Europeu, servindo os interesses das potências europeias. Aos britânicos, o Império dava uma segurança contra os russos no Mediterrâneo. Aos austro-húngaros, garantia o não estabelecimento nos Balcãs de estados nacionalistas que disputassem territórios à monarquia. O segundo acontecimento, a crise de 1875 (Anderson, 1972: 178-219), a qual opôs otomanos e russos, culminou com um pesada derrota militar dos primeiros e assinatura do Tratado de São Stefano (Anderson, 1972: 203-204), largamente favorável à Rússia. Todavia, os britânicos continuavam interessados em apoiar os otomanos, pois não queriam a expansão russa para o Mediterrâneo oriental. Embora as divergências na política interna britânica não permitissem sempre apoiar os otomanos, manter o Império Otomano continuava a ser um objetivo central da política externa britânica. Em 1878, o Congresso de Berlim (Anderson, 1972: 210-219), sobretudo por influência britânica, acabou por alterar o Tratado de São Stefano de forma mais favorável aos interesses otomanos (e britânicos).

Em finais do século XIX e inícios do século XX ocorreram mudanças significativas no relacionamento do Império Otomano com as potências europeias. Iniciou-se um período de afastamento em relação ao tradicional aliado britânico. Este deveu-se, em grande parte, à construção do canal de Suez e ao subsequente interesse britânico pelo controlo do Egito, um território otomano (fazendo, ao mesmo tempo, perder parte do interesse britânico pela manutenção da integridade do Império Otomano, resultava do facto ser por terra a passagem para o Mar Vermelho). Este afastamento britânico foi compensado pela aproximação alemã. O investimento alemão em caminhos-de-ferro e outros setores de actividade aumentaram a sua influência na região, passando os otomanos a ser um parceiro económico importante. Embora o comércio entre alemães e otomanos tivesse aumentado consideravelmente na

década anterior à guerra, o maior parceiro económico continuava a ser a Grã-Bretanha e os franceses continuavam a deter a maior parte da dívida otomana (Anderson, 1972: 267).

O fim da Primeira Guerra Mundial correspondeu a um período bastante incerto e conturbado. As potências vencedoras planeavam dividir o território do derrotado Império Otomano, segundo o mapa delineado no Tratado de Sèvres (1919). Todavia, as vitórias militares de Mustafa Kemal (mais tarde, Atatürk), sobre os exércitos gregos que tentavam ocupar os territórios da Anatólia ocidental, onde residiam populações gregas, levou à criação de uma nova realidade no terreno. Face a esses desenvolvimentos, as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial acabaram por concordar em rever a situação diplomática. Foi então negociado e assinado o Tratado de Lausana, em que a República da Turquia (1923) foi reconhecida internacionalmente como sucessora do extinto estado Otomano.

A Política Externa da Turquia e o Ocidente entre 1923 e 1945: a neutralidade

Consolidar a recém formada República da Turquia originou que, nos anos subsequentes, os seus dirigentes se concentrassem nas questões de segurança interna. Por isso, as ações de política externa na década de 1920 foram essencialmente três: a resolução da disputa da região de Mosul relacionamento com a Grécia e a adesão à Sociedade das Nações (Hale, 2009: 54-60). Apesar das preocupações de Atatürk com o desenvolvimento económico do país, a Segunda Guerra Mundial encontrou uma Turquia economicamente atrasada. Se, do ponto de vista político-diplomático, İsmet İnönü fora bastante hábil nas negociações de Lausana, o mesmo já não poderá ser dito relativamente à questão do fim das capitulações e aos resultados económicos alcançados (Hale, 2009: 14-15). Assim, motivos económicos associados a uma capacidade militar enfraquecida são os dois fatores principais pelos quais a Turquia procurou manter-se fora do conflito (Hale, 2009: 12-40). Mas foi também nos anos da Segunda Guerra Mundial que a política externa turca se tornou mais hábil. A Turquia conseguiu, nesse período, estabelecer um acordo de assistência mútua com a Grã-Bretanha (1939) ao mesmo tempo que assinava um tratado de amizade e não agressão com a Alemanha (1941). Apesar de isso revelar uma hábil manobra diplomática de İnönü Menemencioğlu, junto dos dois campos em confronto, importa perceber as razões que permitiram à Turquia garantir a defesa dos seus interesses em várias frentes.

Nos anos vinte do século passado, a Turquia tinha assinado um pacto de amizade com a União Soviética. Detinha ainda, por razões históricas e pelos pactos de Bagdad e Sadabad, influência nos Balcãs e no Médio Oriente. Esses fatores eram importantes tanto para a Grã-Bretanha e França, como para a Alemanha. Daí a importância que ambas as forças atribuíam a

6. Sobre este ponto ver os trabalhos de Zürcher (2009: 37) e de Anderson (1972: 88-109).

7. Ver Kissinger (1994: 78-102) e Ikenberry (2001: 80-116).



ter a Turquia do seu lado. Foi exatamente esse aspecto que os dirigentes turcos souberam explorar, fazendo exigências consideradas exageradas, mas que acabaram por ser aceites. Esta capacidade de se aliar em diferentes momentos com o lado que melhor servia os seus interesses, é bem ilustrada por aquilo que Menemencioglu apelidava de “neutralidade ativa”:

“An active neutral has a foot in both camps. It is permissible for him to have an alliance with one of the belligerents so long as he has a pact of friendship with the other. This policy enables the country to preserve its neutrality, but at the same time gives an opportunity for cashing in on the side of whichever belligerent wins the war. It also enables the neutral power to preserve its preference for one belligerent or the other. There is something Ghandi-esque and positively immoral in this policy, but it is, I fear, typically Turkish and its astuteness and cleverness cannot be denied [...] (Deringil, 2004: 136)”.

Dessa forma, a Turquia conseguiu resistir às diferentes pressões e manter a sua política de neutralidade até muito próximo do fim da guerra. Mas, com a antevisão da vitória dos aliados, e com o conflito já nos seus meses finais, declarou, então, guerra à Alemanha (1945). Os aliados tinham ameaçado os turcos de que, se não fizessem parte da aliança, seriam deixados isolados no final da guerra. A denúncia do tratado de amizade (renovável em 1945), as exigências territoriais e as ameaças à revisão das cláusulas da Convenção de Montreux por parte da União Soviética, foram argumentos suficientes para convencer a Turquia. Note-se que em todos os anos de guerra, a política externa da Turquia demonstrou uma atitude de pragmatismo e frieza, utilizando um dos seus mais importantes ativos, a sua posição geográfica. Podemos dizer que essa capacidade diplomática foi inspirada, pelo menos em parte, na história otomana do século XIX e XX, quando os sultões foram capazes de preservar o seu território, numa situação em que o seu estado estava já bastante enfraquecido.

A Política Externa e o Ocidente entre 1945 e 1990: a aproximação

O período de 1945 a 1990 foi genericamente marcado por uma política pró-ocidental, muito motivada pelas ameaças da União Soviética e da denúncia do tratado de amizade pelos soviéticos, assinado em 1925 e denunciado em 1945 (Deringil, 2004: 179-180). Em 1950, a Turquia já fazia parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1948)⁸ e do Conselho da Europa (1949). A sua participação na Guerra da Coreia convenceu os países reticentes, nomeadamente os nórdicos, a levantarem as suas reservas e a aceitarem a Turquia como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte

(Otan/Nato) em 1952. O pedido de membro associado da Comunidade Económica Europeia (CEE) surgiu em 1959.

Na maior parte desse período a relação com os EUA foi bastante sólida tanto por via da Nato, como pela ajuda económica (Hale, 2009: 115-116). Foram ainda efetuados acordos bilaterais que permitiram aos EUA construir e operarem bases militares em território turco. Todavia, acontecimentos como crise dos mísseis, a carta do Presidente dos EUA, Johnson, e o subsequente embargo de armas na crise de Chipre de 1963/1964 (Robbins, 2003: 128-134) mostraram à Turquia suas debilidades face ao aliado norte-americano, gerando algum afastamento. Todavia, o crescente interesse dos EUA pelo Médio Oriente voltou a funcionar como fator de aproximação entre ambos. Apesar de os norte-americanos verem na Turquia o parceiro ideal para a concretização dos seus interesses na região, existiam dois obstáculos de relevo. O primeiro foi o reconhecimento do Estado de Israel pela Turquia, que originou uma reação adversa dos estados árabes. O segundo aspecto estava ligado à relação histórica entre turcos e árabes. O passado imperial otomano levava os turcos a olharem para os árabes numa lógica de superioridade, o que gerava clivagens (Robbins, 2003: 94-100).

Mesmo existindo uma fricção latente entre turcos e árabes, a partir de 1964 a Turquia procurou construir laços de cooperação com esses países, desligando a sua política externa face ao Ocidente da sua política regional em relação ao Médio Oriente. Nesse sentido, a diplomacia turca passou a ser mais cautelosa no apoio que davam aos EUA em questões do Médio Oriente, fazendo-o quase sempre no âmbito da sua participação na Nato. Dois eventos mostram a tentativa da Turquia em não tomar partido nas questões do Médio Oriente: a guerra entre árabes e israelitas (em 1967 e 1973) e a guerra entre o Irão e o Iraque (1980-1988).

Mas foi também a partir de 1964 e até 1980 que as relações entre os EUA e a Turquia conheceram um período mais tenso. Nessa altura, o conflito do Chipre originou mesmo certa aproximação turca à União Soviética, e o questionar internamente, em 1968, sobre a sua permanência na Nato. No entanto, a invasão da Checoslováquia e o aumento do poderio naval soviético no Mediterrâneo Oriental levaram a Turquia a retroceder. O embargo de armas votado pelo lóbi grego no Congresso norte-americano, reduziu novamente a cooperação com a Nato. Em Julho de 1978, a Turquia assistiu à reunião dos países não alinhados, assinando ainda um acordo de cooperação e amizade com os soviéticos. Embora o conflito de Chipre tenha agudizado as disputas entre turcos e gregos, existiam outros pontos de atrito, que aliás ainda subsistem, nomeadamente na delimitação da fronteira marítima entre ambos, no mar Egeu.

8. Organization for Economic European Cooperation (OEEC), mais tarde OCDE.



Desde o início dos anos oitenta e até ao final da Guerra-Fria, a política externa turca foi marcada por Turgut Özal, que primeiro ocupou o cargo de Primeiro-Ministro (1983-1989), e, mais tarde de Presidente da República (1989-1993). Para além de fomentar novamente a aproximação aos EUA e de ter pedido de adesão às Comunidades Europeias em 1987 – pedido que foi rejeitado do lado europeu –, Özal era defensor de uma economia de mercado. No período em que esteve no poder intensificou ativamente as trocas comerciais e as relações económicas com os países das regiões vizinhas, especialmente da ex-União Soviética e do Médio Oriente (Hale, 2004: 167-173).

Embora o controlo da política externa turca por Özal, tenha, pela negativa, diminuído o papel das instituições (Robbins, 2003: 60), surgiram, também, alguns aspetos benéficos. No âmbito da sociedade civil, emergiram grupos de interesses económicos que passaram a ter um papel importante e ativo, também com influência na política externa turca. Esta forma de atuar parece ter sido, de alguma forma, recuperada por Davutoğlu na condução da política externa do país, após a subida do AKP ao poder que vamos analisar em seguida.

A Política Externa da Turquia e o Ocidente após 1990: uma janela de oportunidade

Na região envolvente da Turquia, a década de noventa foi marcada por uma grande instabilidade, com guerras nos Balcãs, Médio Oriente e Cáucaso. A Turquia assumiu uma política externa muito centrada na segurança interna e causadora de tensões com a Síria e o Irão. O nacionalismo curdo e o fundamentalismo islâmico ameaçavam o país e este viveu nesta década uma forte instabilidade, tanto política como económica. A securitização (Aras e Polat, 2008: 495-515) e as ameaças externas ao território turco, reais ou exageradas, deram origem a uma política externa fortemente influenciada pelos militares, numa década de grande instabilidade entre a Turquia e os seus países vizinhos.

A forte insegurança nesse período aproximou a Turquia de Israel. Levou-a a assinar acordos de cooperação militar que lhe permitiram obter tecnologia que de outro modo não lhe estaria acessível. A extensão das relações entre Israel e Turquia ultrapassou largamente a cooperação militar: entre 1992 e 1996 as suas trocas comerciais aumentaram cerca de 4 vezes (para 450 milhões de dólares por ano).

As relações com a União Europeia (UE) conheceram também um período de aproximação (1990-1995), tendo a Turquia assinado um acordo para estabelecerem uma união aduaneira com esta, tornado efetivo em janeiro de 1996. Do ponto de vista económico, a união aduaneira foi um marco importante nas relações entre UE e Turquia. Todavia, nesse mesmo período, ocorreram tendências contraditórias. O governo do islamista

Erbakan (1996), que entretanto chegara ao poder, procurava reorientar a Turquia para o mundo muçulmano. Erbakan era apologistas de uma união de países muçulmanos e não de uma adesão à UE, a que este chamava, pejorativamente, um “clubes cristão”. Tratou-se de um período de grande instabilidade interna no país, pois tal posição não era partilhada por Tansu Çiller, a sua parceira inicial no governo de coligação, nem pelos setores kemalistas, nomeadamente os militares, o que originava uma política externa instável.

A subida ao poder do AKP, em 2002, fez surgir uma estratégia que procurava alargar a ação da sua política externa, englobando tanto o relacionamento com o Ocidente – no qual assumiu grande importância o processo de adesão à UE –, como uma participação mais ativa nas relações com o Médio Oriente. Fosse por convicção ou por cálculo político, o facto é que nos primeiros anos de poder o AKP seguiu política externa virada para a aproximação à União Europeia (aproximadamente até 2005). Os anos seguintes, até à atualidade, foram marcados por uma viragem de interesses e de relações, recentrados agora nas regiões do Médio Oriente, mas também do Cáucaso e Ásia Central, embora em menor grau. Essa viragem poderá ser interpretado como uma tentativa de implementar, na política externa, os princípios definidos por Davutoğlu (2007: 77-96) na sua publicação *Stratejik Derinlik*. Entre outras ideias, Davutoğlu defendeu que a Turquia devia prosseguir uma política de “zero problemas” com os países vizinhos, atuando de forma pró-ativa e cooperativa na região. Para Davutoğlu, o valor de um país, no âmbito das relações internacionais, resultava essencialmente da sua posição geoestratégica. Um dos aspetos mais relevantes desta linha de política externa foi também o esforço de exploração da “nostalgia” da herança otomana em várias partes do Médio Oriente e Balcãs. Assim, a Turquia procurava desempenhar a um papel mais ativo, tanto a nível regional como até global. Essa estratégia abrangente, e aparentemente nova na política externa turca, tem originado bastante polémica relativamente às consequências que a aproximação da Turquia ao Médio Oriente árabe e islâmico poderá ter para o seu relacionamento como o Ocidente.

Desde logo, urge responder à questão de saber se essa representa uma rutura com a política kemalista, ou se existem elementos de continuidade. A questão é, sem dúvida, complexa. Todavia, nos aspetos essenciais, a política externa do AKP não parece representar uma rutura muito significativa com o passado, como poderia parecer à primeira vista. Os princípios da cooperação com as várias regiões circundantes, parecem explicar-se por razões de interdependência económica e comercial, bem como por razões de segurança, numa abordagem de certa maneira ensaiada anteriormente por Özal. Assim, podemos dizer que o AKP tem capitalizado na aplicação de princípios de política externa anteriores. Tais princípios, embora ensaiados no passado, não tinham condições para se impor, dada a



forte influência exercida pelos militares sobre a política interna e externa. Estes impediam, por exemplo, uma maior liberalização dos mercados, pois os princípios kemalistas sempre se focaram mais na economia estatal. A exceção foram as já referidas medidas postas em prática no período de Özal. Para além disso, as questões relativas à segurança interna da Turquia também impediam uma maior cooperação económica e comercial com países vizinhos, como o Irão, Iraque e Síria. Embora os anos oitenta tenham sido marcados pelo incremento das exportações da Turquia para o Irão e Iraque, faltaram, no entanto, outros componentes importantes de uma relação económica forte, como o investimento direto estrangeiro.

Embora no Ocidente tenham surgido compreensíveis dúvidas sobre as suas reais intenções – nomeadamente a suspeita de uma componente ideológica islamista –, os interesses e interdependência económica parecem ter sido um factor crítico nesta aproximação, efetuada a partir de 2005. As exportações da Turquia para os países árabes cresceram em setores dominados pelos grupos económicos da Anatólia, liderados, em muitos casos, por muçulmanos pios, os quais passaram a ter uma palavra a dizer relativamente à política externa do país. Esses grupos económicos exportam produtos agrícolas e industriais principalmente para o Médio Oriente – representando a maior fatia das exportações do país –, tendo, por isso, um peso e influência significativa sobre o governo turco (Habibi e Walker, 2011).

As relações económicas e diplomáticas da Turquia com o mundo árabe aumentaram consideravelmente durante a governação do AKP. Enquanto as exportações para os países árabes nunca ultrapassaram os 5 mil milhões de dólares nos anos noventa e até 2002 (com as importações ao mesmo nível) em 2008, as exportações da Turquia para esses países foram de 25 mil milhões de dólares (as importações ficaram-se nesse ano por cerca de 12 mil milhões de dólares). A Turquia possui, assim uma balança comercial positiva com o mundo árabe, enquanto que no global a sua balança comercial tem um défice de 70 mil milhões de euros. Entre os países do Médio Oriente, a Turquia mantém uma balança comercial negativa com o Irão e com a Arábia Saudita, ditada pelas importações relativas ao sector energético (Habibi e Walker, 2011). Se observarmos a percentagem de exportações, enquanto que entre 2003 e 2009 as exportações da Turquia para a Rússia se mantiveram praticamente constantes (cerca de 5% do total das exportações), e para a UE decrescera de cerca de 60% para aproximadamente 45%, a percentagem com os países muçulmanos vizinhos aumentou de cerca de 14% para aproximadamente 26%. As visitas oficiais que os principais dirigentes turcos realizaram ao Médio Oriente entre 2003 e 2011 são também um indicador interessante. Nesse período, Abdullah Gül, Recep Tayyip Erdoğan e Ahmet Davutoğlu efectuaram

um total de 105 viagens, 17 por razões político-diplomáticas e as restantes por motivos essencialmente económicos (Habibi e Walker, 2011).

A crescente influência dos “Tigres da Anatólia” e a aproximação da Turquia ao mundo árabe e Islâmico legitima certas dúvidas sobre os motivos globais desse relacionamento. Todavia, também parece legítimo afirmar que as relações económicas são uma pedra fundamental no relacionamento entre os países e, dado o exposto, não é de estranhar o incremento da relação entre a Turquia e o Médio Oriente. Importa ainda notar que, apesar do decréscimo verificado, a União Europeia continua a ser o principal parceiro comercial da Turquia. Isso revela que a aproximação ao mundo árabe e muçulmano não invalidou, só por si, a continuidade da importância da relação com a UE, pelo menos na perspectiva económica.

Conclusões

Existe na política externa otomana e turca uma propensão para o relacionamento com o Ocidente e para a criação de alianças estratégicas com as potências europeias. Mesmo no período otomano dominado pela *realpolitik* ofensiva, existiram alianças, quer pela via das capitulações, quer para a contenção da expansão dos Habsburgos na Europa. Se até ao início do século XVIII a diplomacia otomana era ad-hoc e sem embaixadores permanentes – situação que se alterou com Selim III –, isso não impedia os otomanos de manterem relações com as potências europeias. As alianças foram predominantes com a França no século XVIII, com a Grã-Bretanha no século XIX e com a Alemanha no início do século XX, e ditadas por interesses políticos e económicos. O século XIX viu ainda o fortalecer do relacionamento otomano com as potências europeias em virtude de passar a pertencer ao Concerto Europeu. Esta “vocaçao ocidental” prolongou-se por todo século XX, primeiro com Atatürk, depois pelos seus sucessores, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, parece-nos legítimo considerar que foi o período da Guerra Fria aquele que mais aproximou a Turquia do Ocidente. Esse período foi marcado pelas adesões à OCDE, ao Conselho da Europa e à Nato e por várias ações de aproximação às Comunidades/União Europeia.

A partir de 1990 assistiu-se a dois períodos de aproximação da Turquia ao mundo árabe e islâmico. Um primeiro, bastante breve, com o governo de Erbakan. Um segundo, mais recente e prolongado, com o atual governo de Erdoğan e do AKP. Mas, enquanto Erbakan preconizava uma aproximação ao mundo árabe e islâmico em claro detrimento do Ocidente, a política externa do AKP parece, em vários aspetos – e independentemente de poder conter algumas motivações ideológicas islamistas –, seguir uma linha política mais próxima de Özal. Nessa predominavam, pragmaticamente, interesses económi-



cos e razões de segurança. Assim, os princípios da cooperação regional com as regiões circundantes, focados na interdependência econômica e nos aspectos da segurança, iniciados por Özal, estão, de alguma forma, a ser continuados pelo AKP. Esse tem capitalizado uma linha já ensaiada no passado, mas que, por condições políticas adversas, internas e externas, não teve grande continuidade, nomeadamente quanto à aproximação a países como o Irão, o Iraque e a Síria.

Em síntese, os otomanos/turcos têm demonstrado uma grande habilidade diplomática para estabelecerem alianças, formais ou informais, de acordo com os seus interesses em cada momento histórico. No passado, isso ocorreu com as alianças que, durante vários séculos, permitiram o prolongamento do Império Otomano. Verificou-se, também, com a

diplomacia de “neutralidade ativa”, a qual permitiu, jogando em vários campos, manterem-se fora da Segunda Guerra Mundial. Ocorreu, posteriormente, com as alianças político-militares estabelecidas durante o período da Guerra-Fria. A crescente relevância como ator regional, desenvolvida nos anos mais recentes, é um exemplo reiterado dessa capacidade diplomática, assente em importantes trunfos geopolíticos e geoestratégicos. Ao longo dos séculos, as razões da sua importância vão-se alterando, mas a realidade é que a Turquia de hoje e o Império Otomano de outrora, se situam na encruzilhada de regiões que, por razões distintas, têm mantido uma relevância estratégica para o Ocidente europeu e norte-americano. Não é assim difícil à Turquia jogar a cartada geoestratégica e obter vantagens no complexo jogo de poderes internacional.

Referências

- Ahmad, F. (2008) *From Empire to Republic, Essays on the Late Ottoman Empire and Modern Turkey*, Vol. 2, Istanbul, Istanbul Bilgi University Press, pp. 19-44.
- Anderson, M. S. (1972) *The Eastern Question*, London, MacMillan Press.
- ____ (1993) *The Rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*, Harlow, Essex, Longman Group UK.
- Aras, Bülent; Polat, Rabia K. (2008) From Conflict to Cooperation: Desecuritization of Turkey's Relations with Syria and Iran, *Security Dialogue*, Vol. 39, n. 5, pp. 495-515.
- Davutoğlu, A. (2008) Turkey's Foreign Policy Vision: An Assessment of 2007, *Insight Turkey*, Vol. 10, n. 1, pp. 77-96.
- Deringil, S. (2004) *Turkish Foreign Policy during the Second World War*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Habibi, N.; Walker, J. (2011) *What is driving Turkey's Reengagement with the Arab World*, Crown Center for Middle East Studies, Brandeis University, n. 49, Apr.
- Hale, W. (2009) *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers.
- Ikenberry, J. (2001) *After Victory*, Princeton – New Jersey, Princeton University Press.
- Jung, D.; Piccoli, W. (2001) *Turkey at the Crossroads: Ottoman Legacies and a Greater Middle East*, London, Zed Books.
- Kinross, L. (2002) *The Ottoman Centuries: The Rise and Fall of the Turkish Empire*, New York, Perennial.
- Kissinger, H. (1994) *Diplomacy*, New York, Simon & Schuster.
- Kurkcuoğlu, O. (2004) The Adoption and Use of Permanent Diplomacy In Yuri Yurdusev (ed.), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 136-138.
- Lewis, B. (2001) *A Linguagem Política do Islão*, Edições Colibri.
- ____ (2002) *The Emergence of Modern Turkey*, Oxford, Oxford University Press.



- Naff, T. (1963) Ottoman Diplomacy in the Reign of Selim III, *Journal of the American Oriental Society*, Vol. 83, n. 3, Aug./Sep., pp. 295-315.
- Pagden, A. (2008) *Worlds at War*, Oxford, Oxford University Press.
- Robbins, P. (2003) *Suits and Uniforms*, London, Hurst & Co.
- Yurdusev, Y. (2004) "The Ottoman Attitude Toward Diplomacy" In Yuri Yurdusev (ed), *Ottoman Diplomacy, Conventional or Unconventional?*, Houndmills-Hampshire, Palgrave Macmillan, pp 5-35.
- Zürcher, E. (2009) *Turkey a Modern History*, London, I.B., Tauris & Co.

